

Prefeitura Municipal de Nova Cruz

Concurso Público - Edital nº 01/2017



Assistente Social

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém **35 questões** de múltipla escolha, dispostas da seguinte maneira: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 35** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou apresentar imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não peça esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal a **Folha de Respostas e este Caderno**.

Assinatura do Candidato: _____

O texto a seguir servirá de base para as questões de 01 a 10.

Mitos da criminalidade juvenil no Brasil

Marília Rovaron

Propostas de emenda à Constituição que reduzem a maioria penal e projetos de lei que ampliam o tempo de internação de adolescentes envolvidos em crimes hediondos têm reaparecido nas pautas do Senado brasileiro. A análise dessa complexa questão demanda, porém, um conhecimento mais objetivo da realidade dos atos infracionais praticados por adolescentes em relação ao problema da violência no Brasil. Muitos mitos circundam o debate acerca da autoria de jovens na criminalidade urbana, sendo três deles mais centrais nas discussões.

O primeiro mito aponta uma criminalidade crescente e descontrolada, praticada por crianças e adolescentes, contrariando as estatísticas oficiais que, na verdade, revelam um hiperdimensionamento na apresentação das violências praticadas por jovens, se comparadas às praticadas por adultos. No ano de 2012, por exemplo, só 8,4% dos homicídios registrados no país foram cometidos por adolescentes. E, no ano de 2010, das 8.686 crianças e adolescentes assassinados no Brasil, 2,5% das mortes foram cometidas por adolescentes, segundo o estudo *Porque dizemos não à redução da maioria penal*, de 2013, da Fundação Abrinq. Portanto, ao contrário do que afirma a opinião pública, é baixa a proporção de jovens que cometem atos infracionais graves, como os homicídios. E o mesmo se observa em roubo e tráfico.

O segundo mito associa a pobreza à criminalidade, determinando o risco que as crianças e os adolescentes pobres oferecem à sociedade, como criminosos em potencial. Diversas pesquisas comprovam a participação de jovens de diferentes classes sociais em atos infracionais. O que importa considerar, nesses casos, são os encaminhamentos dados: a diferenciação entre dependente químico e traficante é um exemplo claro dos tipos de tratamento possíveis aos sujeitos a partir de recortes de cor, classe social e região de moradia.

O terceiro mito sustenta que há uma passividade do Estado frente às ações consideradas criminosas praticadas por jovens, reforçando o desejo de grande parte da sociedade por uma menor tolerância no trato com crianças e adolescentes autores de ato infracional, desconsiderando, assim, os índices crescentes das medidas socioeducativas no país, sobretudo das medidas privativas de liberdade.

As simplificações das justificativas normalmente empregadas na defesa por mais punição aos jovens envolvidos (ou em risco de se envolver) em atos criminais parecem sempre mover a atenção para os indivíduos e não para as estruturas sociais. É quando o papel da punição na política criminal contemporânea adquire força e capilaridade no tecido da sociedade, afetando um público-alvo específico e legitimado por uma sociedade conivente com o recrudescimento de um sistema que se mostra seletivo em suas punições.

Apesar da gravidade de acontecimentos violentos no país, deve-se ressaltar que, do total de adolescentes em conflito com a lei, apenas 8,4% cometeram homicídios. A maioria dos delitos juvenis é roubo, seguido por tráfico. Sabemos também que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei já abandonou a escola ainda no Ensino Fundamental e que é imensa a dificuldade daqueles que estão cumprindo medidas socioeducativas, principalmente em liberdade assistida, em retomar seus estudos.

Ao mesmo tempo, não existem indícios suficientes de que aumentar a repressão e o rigor das medidas socioeducativas em si seja o bastante para reduzir a criminalidade e os homicídios. Ao contrário, dados do Conselho Nacional de Justiça atestam que 70% dos egressos do sistema prisional retornam a ele por reincidirem. Assim, a extensão dessa situação às infrações juvenis

— ou seja, mais encarceramentos de adolescentes — não amenizará os índices de crimes cometidos por eles no país.

É dever do Estado aprimorar e ampliar as políticas sociais que amparam a juventude vulnerável. E é, sobretudo, a ausência dessas políticas que gera as condições de vulnerabilidade, empurrando os adolescentes para a criminalidade. Desse modo, a simples ausência de universalidade de direitos fundamentais, como o direito à moradia, à educação, à saúde, à inserção produtiva qualificada, já se constitui em violência contra a infância e a adolescência.

Nos sistemas judiciário, executivo e legislativo, ainda está bem presente a “lógica menorista” (visão antiga que ainda considera crianças e adolescentes “objetos do direito”, assujeitados, em situação irregular, e não sujeitos em desenvolvimento, que demandam proteção, respeito e autonomia), e pouco avançamos em leis que permitem saltos nessa visão. Debatermos a ineficácia de um Estatuto da Criança e do Adolescente que nem sequer foi implantado por completo e opinamos sobre a redução da maioridade penal, esquecendo-nos de que as causas da questão social continuam intocáveis em praticamente todas as esferas.

A efetivação da mudança de paradigma no sistema de justiça juvenil exige uma transformação coletiva na mentalidade da sociedade para que a opinião pública aprofunde as reflexões acerca da cultura punitiva e possa, assim, vislumbrar novas formas de sociabilidade, pautadas na liberdade. Da mesma forma que à lei não pode ser atribuído o papel de salvar a humanidade, o cárcere não resolverá as desigualdades sociais que marcam tão profundamente as vidas dos jovens e sua busca por sobrevivência, expressão, visibilidade e ascensão social.

Disponível em: <www.cartaeducacao.com.br>. Acesso em: 14 dez. 2017. [Adaptado]

01. O título do texto

- A) apresenta, implicitamente, a temática discutida no conjunto dos parágrafos e revela, explicitamente, uma opinião a respeito dela.
- B) apresenta, explicitamente, a temática discutida no conjunto dos parágrafos e revela, ainda que implicitamente, uma opinião a respeito dela.
- C) contém, explicitamente, a temática discutida no conjunto dos parágrafos e nega, ainda que implicitamente, uma opinião a respeito dela.
- D) contém, implicitamente, a temática discutida no conjunto dos parágrafos e nega, explicitamente, uma opinião a respeito dela.

02. O texto tem como propósito comunicativo dominante

- A) defender a ideia de que a discussão sobre criminalidade juvenil no Brasil é cercada por considerações sem respaldo na realidade fatural.
- B) defender a ideia de que os crimes violentos praticados por jovens no Brasil representam um percentual pouco significativa frente ao total.
- C) apresentar os três principais mitos da discussão sobre criminalidade juvenil no Brasil.
- D) apresentar os preocupantes dados sobre o aumento da criminalidade juvenil no Brasil.

03. No segundo parágrafo do texto, estabelece-se uma relação de

- A) aprovação.
- B) reafirmação.
- C) concessão.
- D) refutação.

04. A linguagem empregada no texto tende

- A) à conotação e à variedade formal.
- B) à denotação e à variedade informal.
- C) à denotação e à variedade formal.
- D) à conotação e à variedade informal.

05. Considere o período a seguir.

Ao mesmo tempo, não existem indícios suficientes de que aumentar a repressão e o rigor das medidas socioeducativas em si seja o bastante para reduzir a criminalidade e os homicídios.

Considerando somente as orações explícitas, é correto afirmar:

- A) a quarta oração exerce função de um adjetivo.
- B) a primeira oração possui sujeito indeterminado.
- C) a terceira oração funciona como objeto direto.
- D) a segunda oração complementa um substantivo.

As questões 06 e 07 referem-se ao período a seguir.

Apesar[1] da gravidade de acontecimentos violentos no país, deve-se ressaltar que, do total de adolescentes em conflito com a lei, **apenas**[2] 8,4% cometeram homicídios.

06. No contexto em que se insere, o elemento linguístico [1] introduz ideia de

- A) oposição relativamente ao que se enuncia no parágrafo anterior.
- B) consequência relativamente ao que se enuncia em seguida.
- C) concessão relativamente ao que se enuncia em seguida.
- D) finalidade relativamente ao que se enuncia no parágrafo anterior.

07. O elemento linguístico [2] é

- A) uma conjunção que autoriza a recuperação de informação implícita no contexto do período.
- B) um advérbio sem relação com informação implícita no contexto do período.
- C) um advérbio que autoriza a recuperação de informação implícita no contexto do período.
- D) uma conjunção sem relação com informação implícita no contexto do período.

08. Considere os períodos:

I	As simplificações das justificativas normalmente empregadas na defesa por mais punição aos jovens envolvidos (ou em risco de se envolver) em atos criminais parecem sempre mover a atenção para os indivíduos e não para as estruturas sociais.
II	Assim, a extensão dessa situação às infrações juvenis — ou seja, mais encarceramentos de adolescentes — não amenizará os índices de crimes cometidos por eles no país.
III	Desse modo, a simples ausência de universalidade de direitos fundamentais, como o direito à moradia, à educação, à saúde, à inserção produtiva qualificada, já se constitui em violência contra a infância e a adolescência.
IV	O que importa considerar, nesses casos, são os encaminhamentos dados: a diferenciação entre dependente químico e traficante é um exemplo claro dos tipos de tratamento possíveis aos sujeitos a partir de recortes de cor, classe social e região de moradia.

Considerando a tradição gramatical relativa ao uso dos sinais de pontuação,

- A) em IV, as três vírgulas são utilizadas para sinalizar deslocamento de termos.
- B) em III, quatro vírgulas são utilizadas para separar itens de mesmo valor sintático.
- C) em II, é possível substituir os travessões por parênteses, com mudança no sentido do período.
- D) em I, é possível substituir os parênteses por travessões, sem mudança no sentido do período.

09. Considere o período a seguir.

É quando o papel da punição na política criminal contemporânea adquire força e capilaridade no tecido da sociedade, afetando um público-alvo específico e legitimado por uma sociedade conivente com o **recrudescimento** de um sistema que se mostra seletivo em suas punições.

Sem alterar o sentido do período, o elemento linguístico destacado pode ser substituído por

- A) aprofundamento.
- B) amadurecimento.
- C) desaparecimento.
- D) esfacelamento.

10. São vocábulos acentuados pela mesma regra:

- A) *têm, três e já.*
- B) *violência, contemporânea e homicídios.*
- C) *cárcere, ineficácia e possíveis.*
- D) *saúde, está e país.*

11. As políticas sociais têm sua gênese no capitalismo, e a configuração dessas políticas se altera de acordo com as fases de desenvolvimento do capitalismo e conforme as funções que o Estado assume nesse modo de produção. No que concerne ao Estado, um dos aspectos que marcam a sua relação com as políticas sociais na fase monopolista, sobretudo nas experiências do Estado de Bem-Estar, consiste em assumir funções
- A) políticas, atuando na repressão e protegendo a propriedade privada.
 B) econômicas, considerando que o mercado garante igualdade de oportunidades.
 C) políticas e econômicas, sendo permeável às demandas da classe trabalhadora.
 D) políticas e econômicas, atendendo as demandas da população em extrema pobreza.
12. A interlocução do serviço social brasileiro com a política social se inicia nos anos 1930. Até a segunda metade dos anos 1980, predominou, na profissão, uma leitura pragmática e tecnocrática da política social. A partir de então, a interlocução com a tradição marxista favoreceu uma leitura crítica e um amadurecimento do debate profissional nesse campo. Entretanto, apesar dos avanços ocorridos em relação ao pragmatismo, ao economicismo e à visão meramente instrumental do Estado, prevaleceram, até meados dos anos 1990, algumas limitações na abordagem da política social, tais como: ecletismo, estatismo, redução da política social à vontade política dos sujeitos (politicismo). Tais limitações decorria
- A) da percepção do hiato existente entre a estrutura da sociedade e o serviço social.
 B) de certa subestimação das determinações econômicas da política social.
 C) da sofisticada reflexão sobre a formação social brasileira e o cenário político do período.
 D) de certa superestimação da economia e da ideologia na análise da política social.
13. No contexto brasileiro atual, marcado por estagnação na economia, flexibilização das relações de trabalho e dos direitos sociais, ajuste fiscal e aplicação do receituário neoliberal, ganha destaque, no debate profissional sobre o financiamento das políticas sociais, a compreensão de que há
- A) redução do fundo público no atendimento às demandas do trabalho.
 B) redução do fundo público e do seu impacto no financiamento do Estado e do capital.
 C) ampliação das demandas do trabalho e generalização da política social.
 D) reordenamento da política tributária com impacto sobre os rendimentos do capital.
14. No que se refere à alocação de recursos financeiros para as políticas sociais no Brasil e, de modo particular, para o financiamento das políticas de seguridade social, o comportamento predominante, na realidade brasileira, tende a ser:
- A) regressivo, conforme padrão Keynesiano.
 B) anticíclico, conforme padrão Keynesiano.
 C) pró-cíclico e regressivo.
 D) pró-cíclico e progressivo.
15. No atual contexto de crise estrutural do capital, o Estado neoliberal tem transferido a responsabilidade pela execução de políticas e serviços sociais especialmente para as organizações não-governamentais e organizações sociais da sociedade civil, o chamado Terceiro Setor. Essa transferência da responsabilidade estatal tem implicado em:

I	Retorno de velhas formas de proteção social, como a solidariedade, o voluntariado e as parcerias.
II	Supressão de direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988 e de políticas públicas.
III	Ampliação de direitos sociais e de políticas públicas através de propostas de Emendas constitucionais.
IV	Refilantropização da questão social e ampliação da intervenção estatal na área social.

Estão corretos os itens:

A) I e II.

B) II e III.

C) I e IV.

D) III e IV.

- 16.** De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a gestão territorial exige dos profissionais que atuam no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) um adequado conhecimento do território, a organização e a articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas, bem como a coordenação da acolhida, inserção, encaminhamento e acompanhamento do usuário. Tendo como desafio o acesso do usuário a direitos, essa rede socioassistencial deverá ser estruturada
- A)** por meio de serviços, programas, projetos e benefícios de forma integrada, visando cobrir riscos e vulnerabilidades.
 - B)** através dos serviços de convivência, acolhida e encaminhamentos, visando superar vulnerabilidades.
 - C)** através de programas sociais, de capacitação profissional e de transferência de renda, visando à reconstituição de vínculos.
 - D)** por meio de serviços de proteção social, de benefícios e de programas de transferência de renda, visando a inclusão social.
- 17.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, representa um avanço significativo nessa área, ao reconhecer os direitos fundamentais desse segmento da população e, ainda, defender uma concepção de crianças e adolescentes como “pessoas em desenvolvimento”. Para efeito dessa Lei,
- A)** criança é a pessoa com até doze anos incompletos, e adolescente, aquela entre treze e dezessete anos de idade.
 - B)** criança é a pessoa com até treze anos completos, e adolescente, aquela entre treze e dezoito anos de idade.
 - C)** criança é a pessoa com até doze anos incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.
 - D)** criança é a pessoa com até onze anos completos, e adolescente, aquela entre doze e dezesseis anos de idade.
- 18.** Com a aprovação da Política Nacional sobre Drogas, o Estado Brasileiro reconheceu legalmente a necessidade de se conjugar esforços para que as ações relativas ao enfrentamento da problemática do uso de drogas adotem, prioritariamente, um enfoque voltado para a prevenção. Assim, cabe à Política de Assistência Social a implementação de ações de prevenção ao uso de drogas e a reinserção social do usuário, desafios a serem enfrentados por meio do
- A)** Serviço de Proteção Social Básica no domicílio dos usuários.
 - B)** Serviço Especializado em Abordagem Social no âmbito dos CREAS.
 - C)** Serviço de Acolhimento Institucional nas Casas de Passagem.
 - D)** Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família no âmbito dos CRAS.
- 19.** No processo de planejamento de uma ação profissional no âmbito da Política de Assistência Social, no que se refere aos serviços socioassistenciais a serem prestados a indivíduos e famílias em situação de pobreza, o assistente social deve, tendo por base a legislação social vigente, considerar prioritariamente
- A)** a situação de carência das famílias.
 - B)** a universalização de direitos.
 - C)** os serviços socioassistenciais disponíveis.
 - D)** os recursos orçamentários existentes.

24. A diversidade de novas composições familiares aliada às especificidades regionais e locais vem, cada vez mais, exigindo, do assistente social, uma intervenção profissional qualificada, em equipe e em articulação com essas famílias. Considera-se que o trabalho socioeducativo com famílias deve ultrapassar a indução de reflexões e a adoção de metodologias de troca de experiências e ajuda mútua, para se transformar em instrumento de construção de um novo conhecimento partilhado e crítico. Nessa perspectiva, o trabalho socioeducativo deve buscar,
- A) superar a fragmentação da prestação de serviços relativos à diversidade de gênero e garantir a não discriminação de pessoas em situação de vulnerabilidade.
 - B) imprimir uma postura de verticalidade nas relações entre profissionais e famílias no atendimento das demandas e das situações de vulnerabilidades sociais vivenciadas por essas famílias.
 - C) sair do imediatismo de suas necessidades, para atendê-las enquanto coletivas, ou seja, enquanto necessidades sociais de classe que devem ser atendidas pelo poder público.
 - D) priorizar abordagens pontuais e práticas intersetoriais na prestação de serviços que devem ser garantidas pelo poder público.
25. No Brasil, a afirmação da hegemonia neoliberal tem sido responsável pelo desmonte de direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, dentre outras questões. Nesse contexto, para uma intervenção profissional qualificada em resposta ao enfrentamento das diferentes manifestações da questão social com as quais ele pode se defrontar, o assistente social deve considerar no seu cotidiano os aspectos relacionados a seguir.

I	Intervenções nutridas por conhecimento técnico e sócio históricos obtidos mediante a investigação.
II	Atitudes pontuais articuladas aos processos e mediações no campo dos projetos sociais.
III	Intervenções articuladas com as lutas pela ampliação de direitos.
IV	Atitudes focalizadas nas situações de vulnerabilidade social das famílias mais pobres.

Na atual conjuntura brasileira, o profissional de serviço social deve considerar, no exercício profissional, os aspectos presentes em

- A) I e III.
 - B) I e IV.
 - C) II e III.
 - D) II e IV.
26. Na história da ética profissional, os códigos de 1947 e de 1965 expressam bem a filiação do serviço social ao conservadorismo político e ao reformismo social limitado. As formulações nele contidas revelam uma ética de caráter controlador e normativo na qual o Código de Ética se apresenta como instrumento corporativo, destinado a adequar a prática profissional à defesa do *status quo*. São práticas próprias dessa perspectiva:
- A) ênfase na família; defesa da ordem hierárquica e da disciplina e tradição social.
 - B) ênfase no trabalho educativo; defesa da tradição e da hierarquia.
 - C) defesa da família, da ordem hierárquica e da emancipação humana.
 - D) defesa da liberdade, da universalidade e do trabalho social comunitário.
27. Os projetos profissionais, entre eles o projeto ético-político do serviço social, apresentam autoimagem de uma profissão e elegem valores que a legitimam socialmente, definem e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos teóricos, institucionais e práticos para o exercício profissional, entre outros. Nessa perspectiva, o projeto ético-político profissional do serviço social, ao defender a liberdade como valor ético central, assume
- A) a universalização dos direitos sociais, a defesa das reformas sociais e restrições dos gastos.
 - B) o compromisso com uma nova sociabilidade, com a defesa da reforma previdenciária e com a supressão de privilégios.
 - C) a defesa da promoção de direitos, a implementação de políticas sociais e a implementação da reforma trabalhista.
 - D) o compromisso com a autonomia, com a emancipação e com a plena expansão dos indivíduos sociais.

- 28.** A dimensão investigativa é inerente à maior parte das competências profissionais do assistente social e elemento constitutivo da sua intervenção. No que se refere às competências políticas, a pesquisa incorporada ao cotidiano do seu trabalho permite ao assistente social
- A)** investigar a realidade institucional e as demandas apresentadas por seus usuários em seu contexto social.
 - B)** apreender os interesses sociais e econômicos subjacentes aos projetos societários e profissionais.
 - C)** adquirir a capacidade de problematizar e testar hipóteses na prática investigativa.
 - D)** desenvolver a capacidade de compreender seu papel profissional no contexto social.

- 29** A dimensão investigativa é constitutiva do exercício profissional do assistente social, estando presente em uma parte considerável das competências profissionais. Compreendendo a dimensão investigativa numa perspectiva crítico-dialética e tendo em vista o que propõe o projeto ético político, considere as afirmativas abaixo.

I	Ao analisar uma dada instituição como espaço de atuação profissional é preciso considerar que o conhecimento da sua essência supõe reconhecer que esta é mediada por processos, necessidades, interesses, valores, projetos profissionais e de sociedade.
II	O conhecimento da realidade exige distinguir fenômenos, buscar suas determinações, classificá-los, o que supõe um modo operativo do intelecto que permite construir uma racionalidade e tornar conhecido o existente.
III	O esforço para conhecer a realidade exige captar, por meio de categorias analíticas, o movimento do objeto analisado, as suas determinações, assim como apreender a lógica do objeto e reproduzir mentalmente o movimento do real com vistas à transformação da realidade.
IV	Ao pensar a pesquisa no exercício profissional, é preciso apreendê-la como processo que consiste em identificar os fenômenos existentes com base em um referencial teórico objetivando a construção da história e a teorização do serviço social.

Estão corretas as afirmativas

- A)** I e IV.
 - B)** II e IV.
 - C)** I e III.
 - D)** II e III.
- 30.** Nos diferentes espaços ocupacionais, o Assistente Social deve atuar como mediador entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais. Para tanto, na perspectiva do projeto ético-político do serviço social, é de fundamental importância o desenvolvimento de
- A)** estratégias de mediação de conflitos e interesses que sejam capazes de propiciar alianças com a instituição empregadora.
 - B)** pesquisas e projetos que representem o interesse da instituição empregadora onde o assistente social exerce sua atividade.
 - C)** estratégias e projetos sociais que sejam capazes de atender as demandas de indivíduos e famílias mais vulneráveis.
 - D)** pesquisas e projetos que propiciem o conhecimento do modo de vida e de trabalho e as expressões culturais da população usuária.
- 31.** O projeto profissional do serviço social foi construído pela categoria profissional num contexto de renovação crítica do serviço social e das lutas pela democratização da sociedade e do Estado no Brasil. A literatura da área aponta quatro dimensões do universo profissional nas quais esse projeto se realiza. São elas:

- A) na relação que o profissional estabelece com os sujeitos sociais que o contrata; no processo de ruptura com o conservadorismo; na venda da força de trabalho pelo profissional; na natureza interventiva do exercício profissional na sociedade capitalista.
- B) na venda da força de trabalho pelo profissional; na natureza interventiva do exercício profissional na sociedade capitalista; nos seus instrumentos legais; nas expressões e manifestações coletivas da categoria, por meio das suas entidades representativas.
- C) nos seus instrumentos legais; nas expressões e manifestações coletivas da categoria, por meio das suas entidades representativas; nas articulações com outras entidades de serviço social em nível latino-americano e internacional; no ensino universitário.
- D) no seu universo categorial; na venda da força de trabalho; na inserção dos sujeitos profissionais nos movimentos e lutas sociais; nas articulações com outras entidades de serviço social em nível latino-americano e internacional.

32. Os desafios para a consolidação do projeto ético-político que marcaram o serviço social nos anos 1990 se mantêm e se aprofundam na conjuntura atual. No âmbito da produção de conhecimento, destaca-se o tensionamento com o pensamento pós-moderno, em face do qual a crítica do serviço social ressalta

- A) a descontextualização e a ausência de referenciais históricos e estruturais.
- B) as macroabordagens e as macronarrativas que deixam de lado os sentimentos.
- C) o disciplinamento e a administração da vida a partir de análises totalizadoras.
- D) o nivelamento dos paradigmas totalizadores pós-modernos e marxista.

33. A Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão do Assistente Social e o Código de Ética profissional contemplam princípios, deveres, direitos, responsabilidades, exigências e proibições que orientam o comportamento ético-profissional do assistente social. Em relação aos direitos que podem servir de fundamento para a defesa ética desse profissional, em caso de processos administrativos movidos em razão de desacato à determinação institucional, analise as os direitos a seguir:

I	Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de regulamentação da profissão e dos princípios firmados no Código de Ética.
II	Autonomia no exercício profissional, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.
III	Realização de programas, administração e execução de repasses dos serviços sociais assegurados institucionalmente.
IV	Realização de suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando os serviços sociais assegurados institucionalmente.

Estão corretos os direitos presentes nos itens

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

34. Os “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde” é um documento de referência para atuação de profissionais de serviço social na área da saúde, orientando e subsidiando as respostas profissionais às demandas e as requisições institucionais nesse espaço ocupacional. Esses parâmetros definem a atuação do assistente social no âmbito dessa política social, a partir de quatro grandes eixos:

- A) abordagens individuais, familiares ou grupais; intervenção junto a movimentos sociais; ação pedagógica, interpretativa e socializadora; exercício das funções de direção e coordenação.
- B) atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.
- C) atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; trabalho em equipe e ações intersetoriais; qualificação e aprimoramento profissional.
- D) abordagens individuais, familiares ou grupais; posicionamento crítico em consonância com a ética profissional; mobilização, participação e controle social; trabalho em equipe.

35. O debate profissional no âmbito da política de assistência social tem resultado numa maior clareza quanto à definição de competências específicas dos assistentes sociais nas equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sobre as dimensões interventivas do trabalho profissional nessa política social, considere as ações a seguir:

I	Abordagens individual, familiar ou grupal que potencializem a orientação social e o acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais.
II	Construção de alianças que contribuam para que os usuários encontrem formas de enfrentamento de suas dificuldades e de construção da cidadania.
III	Realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e as demandas da classe trabalhadora.
IV	Desenvolvimento do trabalho com famílias que resgate a autoestima e contribua para a mobilização de redes sociais e compartilhamento de experiências.

Em relação ao exposto, as dimensões interventivas do trabalho do assistente social estão presentes nos itens

- A) I e II.**
- B) II e IV.**
- C) III e IV.**
- D) I e III.**